

15/12/2018

Direito Agrário

Professor: Luiz Jungstedt

Direito Agrário - 03

Princípios (Parte I)

No art. 47 do Estatuto da terra (Lei n. 4504/64) e na Lei n. 8171/91 temos os princípios norteadores da Política de Desenvolvimento Rural no Brasil.

Princípio da Publicização

Art. 47. Lei n. 4504/64. Para incentivar a política de desenvolvimento rural, o Poder Público se utilizará da tributação progressiva da terra, do Imposto de Renda, da colonização pública e particular, da assistência e proteção à economia rural e ao cooperativismo e, finalmente, da regulamentação do uso e posse temporários da terra, objetivando:

- I - desestimular os que exercem o direito de propriedade sem observância da função social e econômica da terra;
- II - estimular a racionalização da atividade agropecuária dentro dos princípios de conservação dos recursos naturais renováveis;
- III - proporcionar recursos à União, aos Estados e Municípios para financiar os projetos de Reforma Agrária;
- IV - aperfeiçoar os sistemas de controle da arrecadação dos impostos.

Art. 3º. Lei n. 8171/91. São objetivos da política agrícola:

- I - na forma como dispõe o art. 174 da Constituição, o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais;
- (...)
- IV - proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais;

Nós temos nitidamente tanto no Estatuto da Terra quanto em relação à Lei n. 8171/91 um elo entre a política agrária e a política ambiental.

Princípio da Função social da propriedade

A CRFB/88 traz em seu art. 186 a função social da propriedade rural. Faz referência à função social da propriedade o art. 9º da Lei n. 8629/93, como também o art. 2º do Estatuto da Terra.

Art. 186. CRFB/88. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Esses quatro requisitos são condensados em três: **o aspecto econômico** (aproveitamento racional e adequado); **o aspecto social** (utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente) e **o aspecto ambiental** (observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores). É o tripé do princípio constitucional da função social da propriedade rural.

Art. 9º. Lei n. 8629/93. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§ 1º Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta lei.

O conceito de aproveitamento racional e adequado é melhor explicitado no art. 6 da Lei. 8629/93.

Art. 6º. Lei n. 8629/93. Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática:

I - para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

II - para a exploração pecuária, divide-se o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

III - a soma dos resultados obtidos na forma dos incisos I e II deste artigo, dividida pela área efetivamente utilizada e multiplicada por 100 (cem), determina o grau de eficiência na exploração.

O §2º, do art. 6 da Lei n. 8629/93 trabalha de acordo com a atividade rural realizada, para buscar uma sistemática de avaliação. Para identificar a produtividade da propriedade existe a necessidade do INCRA avaliar periodicamente a propriedade rural, observando o grau de utilização da terra e eficiência.

Não estará passível de desapropriação, para fins de reforma agrária a propriedade produtiva, nos termos do inciso II, do art. 185 da CRFB/88.

Art. 185. CRFB/88. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Vale ressaltar que em se tratando de função social da propriedade urbana, a referência normativa é o art. 182, § 2º da CRFB/88.